



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150391 - MS (2021/0219694-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : FERNANDO AUGUSTO ROHR (PRESO)
ADVOGADO : HIGOR PIRES ARANTES - MS021626
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CORRÉU : MARIA IZABEL MARTINS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FERNANDO AUGUSTO ROHR contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1406528-26.2021.8.12.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 19/5/2020, pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas (arts. 33 da Lei n. 11.343/2006) e de posse ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei n. 10.826/2006). Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 60-65).

A defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao acusado, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que, ao ser reavaliada, a segregação foi mantida em decisão genérica e abstrata e que o Tribunal de origem denegou a ordem acrescentando fundamentação não existente no *decisum* de primeiro grau.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação a custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque o acórdão combatido consignou o seguinte (fl. 114):

No mais, a autoridade impetrada, em reapreciação nos moldes do art. 316 do CPP, realçou ao manter a revogação da prisão ao paciente: "Note-se que, em tese, os réus associaram-se para o exercício da traficância, haja vista serem surpreendidos mantendo em depósito

1,330kg de substância análoga à maconha e 400 gramas de cocaína. (...)
Ainda sobrelevo o perigo gerado pelo estado de liberdade, haja vista os antecedentes criminais do réu Fernando Augusto Rohr, que já fora condenado por roubo majorado."

Ora, não há como se arredar do histórico criminal do paciente, o qual ostenta condenação com trânsito em julgado.

É certo que, nada obstante a alegação do impetrante, no sentido de que o paciente já teria cumprido a sanção imposta, tal não afasta o risco de reiteração e o periculum libertatis, sobretudo porque, neste momento, não se está a verificar a reincidência para fins de aplicação de pena, mas tão somente visando o acautelamento inerente à prisão provisória.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente